



RESENHA

**DEMOGRAFIA,  
MISTIÇAGEM E  
TRAJETÓRIAS INDÍGENAS  
NA VILA DE NOVA  
ALMEIDA**

*Diovani Favoreto*

*Mestranda do Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais pelo CPDOC-FCV. Socióloga e Arquivista. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.*

## Demografia, mestiçagem e trajetórias indígenas na vila de Nova Almeida

OLIVEIRA, Tatiana Gonçalves de. *Demografia, mestiçagem e trajetórias indígenas na Vila de Nova Almeida*. In: OLIVEIRA, Tatiana Gonçalves de. *Terra, trabalho e relações interétnicas nas vilas e aldeias indígenas da província do Espírito Santo (1845-1889)*. 2020. 327 f. Tese (Doutorado em História - Programa de Pós-Graduação em História Rural, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2020. p. 104-158.

Fiéis depositários dos saberes do tempo passado, os arquivos, públicos e privados, guardam infinitas informações e memórias dos diversos povos e sociedades, desde o surgimento dos primeiros pergaminhos. Considerados ambientes de pesquisa, aliados dos historiadores, os arquivos, museus e bibliotecas ganham cada vez mais espaço junto aos antropólogos e cientistas sociais.

Para exemplificarmos a possibilidade do trabalho etnográfico, realizado dentro de um arquivo, passemos então, à resenha crítica do Capítulo III intitulado “Demografia, mestiçagem e trajetórias indígenas na Vila de Nova Almeida”. Texto, inserido na tese de doutoramento da pesquisadora Tatiana Gonçalves de Oliveira, defendida em 2020, sob o título “Terra, trabalho e relações interétnicas nas vilas e aldeias indígenas da província do Espírito Santo (1845-1889)”. O objetivo proposto pela autora, de apontar a presença indígena nos livros de registros paroquiais e mapas estatísticos, logrou êxito, resultando em nova fonte antropológica sobre os povos indígenas.

Buscando esses objetivos, a autora utilizou, além de mapas estatísticos presentes no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, o acervo histórico composto por registros paroquiais (assentamentos de batismo, matrimônio e óbito) da Vila de Nova Almeida (antigo aldeamento jesuíta da então Capitania do Espírito Santo). Registros estes que, depositados no Centro de Documentação da Arquidiocese de Vitória, foram usados para mapear a presença e a paulatina invisibilidade dos grupos indígenas, durante a segunda metade do século XIX.

Para contextualizar o tema vale citar que a região da Freguesia de Reis Magos (atual bairro de

Nova Almeida, município de Serra-ES) foi fundada pelos padres da Companhia de Jesus, durante o século XVI. Nova Almeida foi considerada como um dos principais redutos dos grupos indígenas, tanto no século XVII quanto nos séculos XVIII e XIX, tendo concentrado uma quantidade significativa de indivíduos tutelados pela coroa portuguesa e, posteriormente, pelo império brasileiro. Essa região apresenta vestígios arqueológicos com presença de grupos indígenas das etnias Tupinambá, Tupiniquim e Terminó, demonstrando grande diversidade étnica.

Tal era a importância da população indígena dessa região que, em 1760, foi doado aos índios da antiga missão de Reis Magos, uma vasta sesmaria de terra que se mantém, até os dias de hoje, ocupada por indivíduos das etnias Tupiniquim e Guarani. Terras demarcadas pela FUNAI (após anos de litígio tendo como palco o Supremo Tribunal Federal). Essa propriedade atravessou os séculos rodeada por conflitos de terras protagonizados entre indígenas e colonizadores gerando embargos, contestações, contendas e litígios. Exaltando o choque étnico, como frisa a autora:

As relações entre etnicidade e conflitos agrários marcaram a política indigenista, especialmente a partir de 1850 com a promulgação da Lei de Terras. Nesse contexto o processo de esbulho das terras indígenas foi acelerado e associado a concomitante deslegitimação das comunidades étnicas (OLIVEIRA, 2020, p. 109).

A autora apresenta sua tese afirmando que tais confrontos se davam pelas sucessivas tentativas de deslegitimação dos indivíduos, ali residentes, enquanto descendentes diretos e herdeiros da tradição tupi-guarani. Ressalta a ideia de que os grupos indígenas do tronco linguístico tupi-guarani foram paulatinamente empurrados pela fronteira agrícola e desterritorializados pelo processo de ampliação dos domínios europeus. Desencadeando com isso, a redução da fronteira interétnica, que distinguia os

grupos de índios, de pardos e de brancos, transformando-os genericamente em caboclos, favorecendo o homem branco.

A descaracterização dos indivíduos pôde ser percebida a partir da análise de registros e assentamentos produzidos pelo Império do Brasil, na segunda metade do século XIX. Nesse caso os mapas estatísticos, produzidos pelos párocos locais, corroboravam a nova mentalidade “[...] classificando ‘índios’, ‘negros’ e ‘mestiços’ por graus de inferioridade em relação à população designada como ‘branca’” (OLIVEIRA, 2020, p. 115). Transformando esses indivíduos em pessoas menos aptas à posse de propriedades e sem voz ativa no âmbito da administração pública.

É sabido que os registros paroquiais, assim como os mapas estatísticos elaborados pelos párocos locais, foram amplamente usados pela administração pública para embasar os dados censitários brasileiros. A partir dessas ‘bases de dados’, os governos centrais detinham o controle, não apenas dos quantitativos populacionais, como também das informações oficiais referentes às suas identidades étnicas. Nesse sentido, passava às mãos dos oficiais de registros censitários a classificação da população.

Ao acompanhar os mapas estatísticos enviados pelo pároco de Nova Almeida ao presidente da província do Espírito Santo, Oliveira percebeu a gradual invisibilidade imposta ao indígena, dada pelos religiosos, ao mudar a classificação empregada ao longo dos anos. E, embasando essa argumentação, no primeiro mapa listado no Capítulo III da tese, a autora aponta a disparidade. Isso porque, em 1846, o vigário classificava como pardo ou preto apenas os indivíduos agrupados junto ao grupo de libertos e escravos. Estabelecendo assim, uma correlação entre cor e cativo, classificando brancos e índios como livres.

Já nos mapas e registros subsequentes, a autora destaca a inserção do termo ‘de cor’ que unifica o liberto ao grupo indígena. Isso porque “era preciso refundar as hierarquias, já que a liberdade não era mais um privilégio ‘branco’” (OLIVEIRA, 2020, p. 124). Nesse contexto de reclassificação, o grupo étnico

indígena resumido à categoria ‘de cor’ passava a ser rotulado em uma paleta de cores mais próxima aos africanos libertos e seus descendentes, distanciando categoricamente do branco europeu. A partir de então, o mapa estatístico que possuía três classificações – livre, liberto ou escravo – passa agora a ter duas disposições apenas – livre ou escravo.

O novo conceito pode ser observado também quando, analisados individualmente, os registros paroquiais de batismo, casamento e óbito. Onde, reclassificaram os filhos de pessoas declaradamente indígenas como pardos ou ‘de cor’. Abolindo assim, os parâmetros usados pelos párocos anteriores, como frisa a autora:

Por “livre de cor” eram classificados uma população formada principalmente por egressos da escravidão, libertos e alforriados. Também entravam nessa categoria os índios e indivíduos frutos de uniões mistas, como “mamelucos”, “mestiços”, “caribocas”, “cabras”, “pardos”, etc. (OLIVEIRA, 2020, p. 119).

Aliás, os registros paroquiais tornaram-se importantes para o estudo demográfico das populações porque traziam, desde o Concílio de Trento (1545-1563), a obrigatoriedade de registrar, em livro especialmente aberto para esse fim, os sacramentos de batismo, de matrimônio e de óbito, contendo o nome dos indivíduos que receberam o sacramento. Nesses registros deveriam constar, também, a data de realização do assento, o nome dos pais, acrescido do nome dos padrinhos e/ou testemunhas, além da paróquia em que foi realizado tal assentamento.

Outros campos de preenchimento se tornaram fundamentais para a construção da tese de doutoramento da autora como, por exemplo, a presença da classificação étnica (branco, negro, índio etc.) e da condição jurídica do indivíduo (livre, forro, escravo). A partir dessas informações, puderam ser elaboradas as bases de dados que alimentaram toda a análise construída, interligando os indivíduos com seus parentes consanguíneos, ou afins, subsidiando

a construção de suas árvores genealógicas. Além das relações familiares, foi possível visualizar as inter-relações, desenvolvidas entre os membros da comunidade de Nova Almeida, em suas diferentes etnias. Enfim, explicitando as uniões endogâmicas e/ou isogâmicas entre os indivíduos, seus pares e seus descendentes.

Durante o cruzamento dessas informações a autora destaca a limitação das fontes documentais, que traziam alguns campos de preenchimento ausentes ou incompletos de conteúdo. No caso dos assentamentos de batismos, do universo de 1.403 registros analisados, um total de 541 (38,5%) não possuíam etnia ou condição jurídica. Fato que pôde ser contornado com as informações resgatadas do cruzamento de dados registrados nos assentos de outros filhos dos mesmos pais.

Outra questão amplamente estudada por Tatiana Oliveira, e outros autores que usam os registros paroquiais como fonte, diz respeito às dispensas matrimoniais de parentescos, resultantes das proibições de uniões consanguíneas. No caso da Paróquia de Reis Magos, o casamento entre primos fazia parte do cotidiano da comunidade, em uma tentativa de limitar a inserção de 'forasteiros' à comunidade. Segundo a autora, o bispo visitador Pedro Maria de Lacerda registrou a negligência do pároco em seguir as proclamas legais, sem exigir a tramitação de um pedido de dispensa de consanguinidade aos moradores da Vila de Nova Almeida.

Como foi citado anteriormente, as classificações étnicas pertenciam a um cenário de disputa social e política. Uma ação constantemente empregada para alavancar o status social era a escolha dos padrinhos de batismo e de casamento. Essa ação ia muito além da designação do tutor da criança batizada, ou da escolha de testemunha na união dos nubentes, e se enveredavam pelos entrelaçamentos sociais pré-existentes e a ascensão de novos atores na hierarquia social. Demonstrando que as relações de compadrio explicitavam e fortaleciam as disputas sociais da Vila.

Contraopondo toda essa disputa étnica, que permeia os registros paroquiais, a autora conclui sua análise ao apresentar um segundo olhar sobre as relações sociais entre os indivíduos da Vila de Nova Almeida. Ao descrever as manifestações em devoção à São Benedito, refuta a submissão, imposta pela Igreja, e destaca o pequeno recuo que a cultura europeia sofreu frente à pujança das manifestações culturais, herdadas pelos indígenas através de seus ancestrais. Apontando a resistência autóctone à imposição cultural europeia.

A partir da investigação dos festejos devotos ao santo português, Tatiana Oliveira apresenta o processo de tradução cultural ao qual os indígenas foram submetidos, quando incluíram em suas tradições um novo deus e uma nova regra social. Ao mesmo tempo, a autora descreve elementos que caracterizam o sincretismo religioso. Nessa simbiose a cultura europeia, indígena e africana se entrelaçam, no culto ao santo. Então, Oliveira aponta o recuo e a transculturalidade sofrida pelos ritos de devoção católica, com a absorção de algumas características das culturas ancestrais.

